

RECURSO ESPECIAL Nº 1.852.342 - RJ (2019/0366190-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

**RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE**

**ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
DANIELLE DE CASTILHO MELLO SANTOS -
RJ153705
KELLY CANHESTRO OLIVEIRA - RJ185075**

RECORRENTE : JORGE JOSE BRANDÃO

ADVOGADO : ALINE DA SILVA MAIA - RJ172042

RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** por **JORGE JOSE BRANDÃO** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 27ª Câmara Cível/Consumidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 290/322e):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CEDAE. ESGOTAMENTO SANITÁRIO. COBRANÇA DE TARIFA. PARTE AUTORA QUE ALEGA QUE NÃO HÁ TRATAMENTO, E QUE O ESGOTO GERADO POR SUA UNIDADE CONSUMIDORA NÃO PASSA POR ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA BEM CARACTERIZADA. RELAÇÃO JURÍDICA DE NATUREZA CONSUMERISTA, NÃO PODENDO O TERMO DE RECONHECIMENTO RECÍPROCO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, CELEBRADO ENTRE A CEDAE E O MUNICÍPIO, SER Oponível AO USUÁRIO-CONSUMIDOR, COM O OBJETIVO DE AFASTAR A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO QUE TAMBÉM NÃO SE RECONHECE. COBRANÇA DE TARIFA INTEGRAL PELA CEDAE. IMPOSSIBILIDADE. O SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO COMPREENDE AS ETAPAS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL, POR FORÇA DE LEI, NÃO PODENDO O DECRETO REGULAMENTADOR DA LEI DISCIPLINAR DIVERSAMENTE PARA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AUTORIZAR A REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO NA INTEGRALIDADE, SE A

PRESTAÇÃO É RESTRITA À COLETA E TRANSPORTE, LOGO, INCOMPLETA E DEFEITUOSA AOS OLHOS DA LEI. INCLUSÃO TEMÁTICA DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O DECRETO QUE A REGULAMENTA. CONSUMIDOR USUÁRIO QUE DETÉM PRETENSÃO DE NATUREZA COMPLEXA, PORQUE A UM SÓ TEMPO TITULAR DE DIREITOS EM SUA CONDIÇÃO UTI SINGULI, COMO TAMBÉM UTI UNIVERSI, E NESTA ÚLTIMA QUALIDADE PODENDO EXIGIR, COMO DESTINATÁRIO COMUM, A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM QUE VIVE, EM FACE DA FALHA DO SERVIÇO PELA INCOMPLETUDE DE SUA REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS RELEVANTES TAREFAS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DOS DEJETOS E EFLUENTES SANITÁRIOS. POSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE REDUÇÃO DO PREÇO PÚBLICO DO SERVIÇO NA PROPORÇÃO EM QUE ESTE É PRATICADO, COMO FATOR DE EQUILÍBRIO INTERNO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, E COMO ESTÍMULO A SUA MELHORIA EM FAVOR DE TODOS, NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE POR ESTA SINGULAR FORMA DE CONTROLE INDIVIDUAL DO APERFEIÇOAMENTO DA ATIVIDADE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. REDUÇÃO DA TARIFA A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO PREÇO COBRADO, DEVENDO O EXCEDENTE SER DEVOLVIDO DE MANEIRA SIMPLES, UMA VEZ PRESENTE A RESSALVA DO ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC, QUANTO AO ENGANO JUSTIFICÁVEL POR FORÇA DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NÃO PACIFICADO SOBRE A MATÉRIA, E PELO PERÍODO PRESCRICIONAL, DE ATÉ 10 ANOS (ART. 205 DO CC), CONFORME ENTENDIMENTO JÁ SUFRAGADO PELO STJ (RESP 1128054/RJ, MIN. ELIANA CALMON). DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 75 DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, SEGUNDO O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, AQUELE QUE DER CAUSA À INSTAURAÇÃO DA DEMANDA OU DO INCIDENTE PROCESSUAL, DEVE ARCAR COM AS DESPESAS DELES DECORRENTES. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 446/459e).

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando, em síntese, que:

i) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil – "requereu a manifestação expressa do Tribunal, quanto a devida interpretação do art. 9º do Decreto 7.217/2010, que deve ser interpretado em conjunto com o art. 3º da Lei Federal 11.445/2007, os quais preveem que a prestação do serviço de esgotamento é configurada

com a prestação de AO MENOS UM dos serviços ali descritos (coleta, transporte, tratamento e destinação final), uma vez que fixou-se no acórdão que no caso concreto o serviço de coleta e transporte são fixados" (fl. 470e); e

ii) art. 3º do Código de Processo Civil – "a CEDAE não tem mais qualquer responsabilidade em relação ao serviço de esgotamento sanitário no local questionado, eis que, desde julho de 2007, quando da entrada em vigor do Termo de Reconhecimento 'Recíproco de Direitos e Obrigações, a responsabilidade é do município do Rio de Janeiro, como enunciado na cláusula terceira, inciso II do Termo, passando a operação, manutenção e custeio das Estações de Tratamento de Efluentes instaladas na abrangência da Área de Planejamento 5 - AP5 - a ser de responsabilidade do Município do Rio de Janeiro" (fl. 466e);

iii) art. 3º da Lei 11.445/07, art. 9º do Decreto n. 7.217/2010 e art. 927 do Código de Processo Civil – "o serviço É EFETIVAMENTE PRESTADO, SENDO O ESGOTO COLETADO E TRANSPORTADO PELA MUNICIPALIDADE DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS ATÉ AS ETE'S CEDIDAS PELA CONCESSIONÁRIA AO MUNICÍPIO, ONDE RECEBEM SEU EFETIVO TRATAMENTO PARA POSTERIOR RETORNO AO MEIO AMBIENTE. Reforça-se ser inteiramente legítima a cobrança pelos serviços de tratamento de esgotamento sanitário no local, valendo ressaltar, ainda que à exaustão e ao contrário do alegado, ser o serviço efetivamente prestado" (fl. 477e);

iv) art, 206, § 3º, IV do Código Civil – prescrição trienal.

JORGE JOSE BRANDÃO, com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta ofensa aos arts. 3º da Lei n. 11.445/2007 e art. 14º do Código de Defesa do Consumidor, alegando, em síntese, que "a cobrança [da tarifa de esgoto] é legal desde que baia a contraprestação do serviço de esgoto, o que não ocorre no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. Já que a Recorrida não oferece qualquer tipo de serviço ao Recorrente, ou seja, não há coleta e nem transporta os resíduos do esgoto e não presta nenhum serviço, ou seja, a falta de serviço é total, ficando as expensas do Recorrente a limpeza da sua fossa sanitária" (fl. 506e).

Com contrarrazões (fls. 544/568e).

Em juízo de conformidade, não foi realizada retratação, consoante a

seguinte ementa (fls. 598/613e):

RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA CÂMARA, EM SEDE RECURSAL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA À NOVA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. DETERMINAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 543-C, § 7º, II DO CPC/13. AÇÃO QUE VERSA SOBRE COBRANÇA INTEGRAL DE TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. TEMA 565. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECIDIU, EM RECURSO COM EFEITO REPETITIVO, SER POSSÍVEL A COBRANÇA DA TARIFA REFERENTE AO SERVIÇO DE ESGOTO, AINDA QUE TODAS AS FASES DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO NÃO ESTEJAM SENDO CUMPRIDAS. A DISCUSSÃO SE LIMITA A SABER SE NÃO SENDO O SERVIÇO INTEGRALMENTE REALIZADO, A CONCESSIONÁRIA PODERIA EXIGIR PELA PARCELA DO SERVIÇO EFETIVAMENTE PRESTADO. NO ENTANTO, A FIM DE SE EVITAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA CEDAE, E RESTABELECER O EQUILÍBRIO DA RELAÇÃO CONSUMERISTA, O VALOR DA TARIFA NÃO PODE SER COBRADO INTEGRALMENTE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 412 DO STJ. NÃO REALIZAÇÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO.

O recursos foram admitidos (fls. 657/663e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

faço a análise do recurso de **JORGE JOSE BRANDÃO**.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Preliminarmente, o tribunal de origem, após minucioso exame das cláusulas contratuais e dos dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a

legitimidade da CEDAE conforme os termos do convênio firmado com o município do Rio de Janeiro, nos seguintes termos (fl. 301e):

Rejeito de plano a ilegitimidade passiva aduzida pela CEDAE, uma vez que compete à ré a realização de obras de infraestrutura necessária à captação do esgoto e seu encaminhamento à estação de tratamento, sendo o convênio realizado com o Município a afirmação dessa obrigação apenas com repasse de verbas para a realização das mencionadas obras.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz dos óbices contidos nas Súmulas ns. 5 e 7 desta Corte, assim enunciadas, respectivamente: "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial" e "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. FONTE DE PAGAMENTO. CONVÊNIO FIRMADO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A QUO ANCORADO NO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E NA INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Incidem as Súmulas 5 e 7, ambas do STJ, no caso concreto, tendo em vista que o tema referente à legitimidade passiva ad causam da União foi dirimido com base no acervo fático-probatório dos autos e na interpretação de cláusulas do contrato remunerado com verba oriunda de convênio firmado com o SUS.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1450218/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 20/02/2020)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CEDAE. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. TARIFA DE ESGOTO. COBRANÇA

INTEGRAL. TEMA JULGADO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. RESP 1.339.313/RJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. Inexiste a alegada violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. 2. Não prospera a suposta ilegitimidade passiva da CEDAE, isto porque das próprias razões do Recurso Especial se extrai que - segundo o parágrafo primeiro da cláusula segunda do Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações - a CEDAE permaneceu sendo a prestadora dos serviços de "coleta, transporte e tratamento adequado dos esgotos sanitários e cobrança pela prestação desses serviços no Município do Rio de Janeiro" (fl. 496, e-STJ). 3. A pretensão de revisão do entendimento proferido na origem acerca da legitimidade passiva da recorrente implica, no caso, reexame da matéria fático-probatória e de cláusulas contratuais dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, conforme Súmulas 5 e 7/STJ. 4. Consoante a orientação reafirmada pela Primeira Seção no julgamento do REsp 1.339.313/RJ, sob o rito dos recursos repetitivos, afigura-se legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, foram disponibilizados aos consumidores. 5. Ressalta-se que, mesmo antes da vigência da Lei 11.445/2007, havia posicionamento do STJ de que "a lei não exige que a tarifa só seja cobrada quando todo o mecanismo do tratamento do esgoto esteja concluído", e "o início da coleta dos resíduos caracteriza prestação de serviço remunerado" (REsp 431.121/SP, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ 7/10/2002). 6. Observa-se que o acórdão do Tribunal fluminense colide com o entendimento do STJ, quando afirma: "como no caso, a CEDAE não realiza a integralidade das etapas do tratamento, não pode cobrar pelas etapas não executadas, deve haver a redução do preço público do serviço, na proporção de sua execução, como fato de equilíbrio interno da relação de consumo" (fl. 480, e-STJ). 7. Primeiramente, importante observar que, sob o tríplice enfoque - do Direito Ambiental, do Direito Sanitário e do Direito do Consumidor -, descabe cobrar por esgoto não coletado ou despejado in natura nas galerias pluviais. Neste último caso, a questão deixa de ser de tratamento de resíduos e se transforma em poluição pura e simples, o que implica, para o Poder Público e suas concessionárias, responsabilidade civil ambiental, e não direito a pagamento por serviços inexistentes. Sem dúvida, não foi intuito do Recurso Repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) transformar inadmissível ilícito antissanitário, antiambiental e anticonsumerista em lícito contratual remunerado, pois não se equivalem, de um lado, o uso das galerias pluviais para escoamento de esgoto tratado e, do outro, a poluição das galerias pluviais, dos rios e do mar com efluentes sem qualquer forma de tratamento, nem mesmo primário.

Superior Tribunal de Justiça

Essa a (correta) leitura que se deve fazer do Repetitivo, no ponto em que alude à possibilidade de utilização de galerias pluviais. Em outras palavras, seu emprego se legitima somente quando os efluentes nelas lançados estão devidamente tratados, etapa fundamental do chamado saneamento básico, não bastando o mero recolhimento e descarte.

8. A hipótese dos autos, contudo, parece ser distinta, ou seja, há coleta efetiva do esgoto e não lançamento in natura nas galerias pluviais. Assim sendo, a posição do Tribunal de origem contraria a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

9. Recurso Especial parcialmente provido.

(REsp 1817722/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019)

Ainda, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou o fornecimento do serviço de esgoto, mesmo que deficiente, nos seguintes termos (fls. 300/301e):

No caso em tela, cuida-se de demanda em que se discute a legalidade da cobrança de esgoto em relação ao imóvel da parte autora.

Pelo que restou verificado nos autos, o exame pericial realizado na residência do autor, revelou que as faturas das contas de água estavam em valor superior à média de consumo verificada pelo exame pericial na residência do autor, sem qualquer justificativa para tal aumento.

Ocorre que a reclamação do autor é com relação à tarifa de esgoto, não concordando com a cobrança, sendo certo que reside na rua em que há tratamento de esgoto, muito embora seus dejetos sejam direcionados para a fossa que tem em sua casa.

Cinge-se a controvérsia em avaliar a exigibilidade da cobrança de tarifa, imposta pela ré, respeitante a tratamento de esgoto, mesmo quando referido serviço não resta prestado na sua integralidade, dado que constituído de etapas (coleta, transporte, tratamento dos esgotos sanitários e disposição final dos esgotos sanitários).

(...)

Verifica-se nos autos a confissão pela CEDAE de que o esgotamento sanitário é feito pela via pluvial, o que significa dizer que não presta serviço adequado e eficiente, mas defeituoso pelo inadimplemento.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, para reconhecer a completa ausência da prestação do serviço, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. INEXISTÊNCIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVOLUÇÃO DA TAXA. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA A PARTIR DE PREMISSAS FÁTICO-PROBATÓRIAS. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Da leitura das razões do recurso especial, observa-se que o recorrente defendeu a tese da existência da prestação dos serviços de esgotamento sanitário, ainda que não se realize o tratamento do esgoto, pois é realizado todo o procedimento de conexão, canalização, recolhimento e escoamento dos efluentes sanitários, como previsto no art. 9º do Decreto n. 7.217/2010.

2. É certo que, a teor do disposto na Lei 11.445/07 e no Decreto n. 7127/2010 que a regulamentou, a cobrança pelos serviços de esgotamento sanitário abrange não só o tratamento de efluentes, como também a coleta, o transporte, e a disposição final adequada dos dejetos, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. Sendo assim, considera-se prestado o serviço público de esgotamento sanitário pela simples realização de um ou mais de uma atividades arroladas no art. 9º do referido Decreto.

Precedente: REsp 1313680 / RJ, rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 29/06/2012.

3. Todavia, com base no acervo probatório dos autos, notadamente laudo pericial referente ao processo 2006.063.000446-9, o Tribunal de origem concluiu que não há tratamento de esgoto sanitário, nem tampouco coleta de esgoto sanitário na casa do recorrido a justificar a cobrança da referida taxa, de modo que alterar tal convicção é tarefa que demandaria, necessariamente, incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado ante o óbice preconizado na Súmula 7 deste Tribunal Superior.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 197.347/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 21/11/2012)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CDC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COBRANÇA INDEVIDA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, conforme ocorreu no acórdão em exame, não se podendo cogitar de sua nulidade.

2. "O Superior Tribunal de Justiça possui firme jurisprudência no sentido

de não configurar erro justificável a cobrança de tarifa de água e esgoto por serviço que não foi prestado pela concessionária de serviço público, razão pela qual os valores indevidamente cobrados do usuário devem ser restituídos em dobro, conforme determina o artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 70.685/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 21/3/12) 3. Rever o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que não houve cobrança indevida no consumo de água, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, procedimento vedado ao Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula 7/STJ.

4. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 479.200/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 30/05/2014)

Adiante, faço a análise do recurso da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

O recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, porquanto "requereu a manifestação expressa do Tribunal, quanto a devida interpretação do art. 9º do Decreto 7.217/2010, que deve ser interpretado em conjunto com o art. 3º da Lei Federal 11.445/2007, os quais preveem que a prestação do serviço de esgotamento é configurada com a prestação de AO MENOS UM dos serviços ali descritos (coleta, transporte, tratamento e destinação final), uma vez que fixou-se no acórdão que no caso concreto o serviço de coleta e transporte são fixados" (fl. 470e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a

controvérsia nos seguintes termos (fls. 305/306e):

Veja-se que o legislador atrelou à noção de serviço adequado a observância dos princípios que devem nortear a prestação de serviços públicos demonstrando claramente sua intenção de beneficiar e garantir os destinatários dos serviços – os usuários.

Nessa ótica de comprometimento não há como supor que a relevante questão da preservação ambiental, naturalmente decorrente do saneamento básico, possa ser tão somente um problema cuja solução caiba exclusivamente ao poder público.

Trata-se de um direito da coletividade manejável por todos, e em especial pelo usuário e consumidor como, por exemplo, exigir não ser cobrado por algo que não é prestado ou adimplido pelo fornecedor do serviço e que é potencial e efetivamente lesivo ao meio ambiente ao qual ele, usuário, pertence e vive. São as chamadas prestações positivas da tutela de direitos de primeira e terceira geração quanto a ter uma vida digna e saudável, na condição de destinatário comum da proteção difusa.

A Lei 11.445 de 5/1/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, no pertinente ao esgotamento sanitário, em seu artigo 3º, assim estabelece; in verbis:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se; I – saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) omissis; b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;” No Decreto 7.217 de 21/6/2010 que regulamentou a lei, seu artigo 9º foi assim redigido; verbis:

“Art. 9º Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário os serviços constituídos por uma ou mais das seguintes atividades: I – coleta, inclusive ligação predial, dos esgotos sanitários; II – transporte dos esgotos sanitários; III – tratamento dos esgotos sanitários; e IV – disposição final deste artigo, a legislação e as normas de regulação poderão considerar como esgotos sanitários também os efluentes industriais cujas características sejam semelhantes às do esgoto doméstico.”

E a partir da norma regulamentar viu-se porta aberta à cobrança da integralidade tarifária, apesar da prestação incompleta, porque resumida à coleta e transporte do esgoto sanitário, logo, parcial, e por isso defeituosa na incompletude da clara indicação de todas as etapas do serviço público de esgotamento que compreende necessariamente a coleta, transporte, tratamento e disposição final, desde as ligações prediais até o seu lançamento no meio ambiente.

Em que pese o respeitável entendimento do STJ pela cobrança plena, tal se atrela muito mais a argumentos de natureza econômica, como a

garantia de investimentos para as fornecedoras do serviço, afastando-se da ideia de justa remuneração ante aquilo que os mesmos proporcionalmente prestaram.

A tarifa, como preço público, deve ser equivalente ao serviço que é efetivamente prestado, e se isto circunscreve à coleta e transporte, também merece ser reduzida. Em nenhum momento o decreto que regulamentou a lei autoriza a interpretação, mesmo subentendida, da cobrança integral da tarifa, quando parcialmente prestado o serviço.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1.431.157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.104.181/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1.334.203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

De acordo com o entendimento firmado por esta Corte, é imprescindível o prequestionamento de todas as questões trazidas ao STJ para permitir a abertura da

instância especial.

O Código de Processo Civil de 2015 dispõe:

Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Assim, este Tribunal Superior apenas poderá considerar prequestionada determinada matéria caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não ocorre no caso em tela.

Nessa linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 1.025 DO CPC/2015. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 14/12/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravante contra AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, em decorrência da interrupção do serviço de energia elétrica pelo período de 9 (nove) dias, após a ocorrência de um temporal no Município de São Sepé/RS. O acórdão do Tribunal de origem reformou a sentença que julgara improcedente a ação, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

III. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre os arts. 2º da Lei 9.427/96 e 29, I, da Lei 8.987/95, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

IV. Na forma da jurisprudência, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao

acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

(...)

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.017.912/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 16/08/2017 – destaques meus).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

(...)

06. Recurso especial não provido.

(REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017 – destaques meus).

No caso, verifico que o acórdão recorrido contrariou entendimento consolidado nesta Corte no sentido de que é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando ausente o tratamento final dos dejetos, porquanto a lei não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente ocorrerá quando todas etapas forem efetivadas, bem como não proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma ou mais fases da atividade.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto

quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1339313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Por serem elucidativos, vale transcrever os seguintes trechos desse julgado:

Embora não efetivadas todas as atividades que subdividem o serviço de esgotamento sanitário, certo é que algumas fases foram prestadas, as quais representam dispêndio ao Poder Público e, como tal, deve ser devidamente ressarcido.

Em outras palavras, o fato de não estar sendo feito o tratamento dos dejetos, antes deles serem lançados em rios, não impede a cobrança da tarifa, eis que a remuneração há de ser devida como contraprestação pela instalação, operação e manutenção da infra-estrutura de coleta e descarga do esgoto.

A cobrança da tarifa, portanto, não pressupõe a prestação integral do serviço de esgotamento sanitário, mas apenas parte dele, que, no caso dos autos, se resume à realização da coleta, do transporte e do escoamento dos dejetos.

Assim, há que se considerar prestado o serviço público de esgotamento

Superior Tribunal de Justiça

sanitário pela simples realização de uma ou mais das atividades arroladas no art. 9º do referido decreto, de modo que, ainda que detectada a deficiência na prestação do serviço pela ausência de tratamento dos resíduos, não há como negar tenha sido disponibilizada a rede pública de esgotamento sanitário.

Assim, conclui-se que a ausência de tratamento dos efluentes não enseja nem sequer a redução proporcional da tarifa, porquanto esta não é calculada com base em cada um dos serviços que a compõe, mas é um valor único, capaz de remunerar satisfatoriamente os diversos serviços efetivamente realizados.

Prejudicada a questão da prescrição.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** o Recurso Especial de **JORGE JOSE BRANDÃO** e **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, para restabelecer a sentença de fls.214/219e.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora